



“Contra fraude de informação não há análise que resista, senhor deputado”, disse ontem Luís Pacheco de Melo

CASO GES/BES

“A decisão de investimento na Rioforte foi de Henrique Granadeiro”

Ex-administrador financeiro da PT diz que Bava não terá tido responsabilidade directa e que a PT foi “enganada e defraudada pelos responsáveis do GES”

Cristina Ferreira e Paulo Pena

Se a audição do ex-CFO da PT servia para saber de quem é a responsabilidade pelo investimento, ruinoso, de 897 milhões de euros na parte não-financeira do GES, então Zeinal Bava está a ganhar a Henrique Granadeiro.

Quando os deputados se sentaram na sala 6 do Parlamento, onde decorrem as audições da comissão de inquérito à gestão do BES, traziam uma expectativa muito concreta sobre o ex-responsável financeiro da PT. Luís Pacheco de Melo deveria poder esclarecer um dos mistérios desta história: quem decidiu, ordenou e concretizou o investimento de 697 milhões de euros da tesouraria da PT em dívida da Rioforte, a holding não-financeira do Grupo Espírito Santo. Em Fevereiro e Abril,

pouco antes do colapso do GES, a PT investiu um total de 897 milhões de euros naquela empresa, que viria a pedir a “gestão controlada” em Julho, uma pretensão negada pelas autoridades luxemburguesas – país onde a holding tinha a sua sede – o que levou a uma declaração de insolvência.

Desse montante investido, há 200 milhões de euros que Henrique Granadeiro assumiu, “por inteiro”, a responsabilidade. Quanto ao resto, o ex-chairman negou qualquer tipo de interferência, apontando a responsabilidade de Zeinal Bava e de Pacheco de Melo. Chegou a citar uma acta, de Julho de 2014, onde Pacheco de Melo assume, ainda que de forma “cabalística”, que Bava sabia do investimento. Bava não guardou isso na memória, como se sabe. No Parlamento, o ex-gestor afirmou que estava “focado” no projecto da Oi, e que passava “85%” do tempo no Brasil, nessa altura.



Ontem, Pacheco de Melo esclareceu, logo na primeira ronda de perguntas do deputado Jorge Paulo Oliveira, do PSD: “A decisão de investimento na Rioforte foi de Henrique Granadeiro.” Pergunta do deputado: “Henrique Granadeiro validou?” Resposta, seca, com um sorriso: “Sim.”

Mais detalhes: “Ricardo Salgado apresentou-me as várias vantagens (...) Fui ao gabinete de Henrique Granadeiro, mostrei-lhe a apresentação que me tinha sido feita. Em Março, Granadeiro comunica-me que eu teria de ir a uma reunião com Morais Pires (...) Eu não me opus ao investimento. Opus-me terminantemente a que tivesse o prazo de um ano.”

É um facto, nesta versão de Pacheco de Melo, que “Zeinal Bava sempre teve conhecimento do tipo de aplicações que fazíamos no GES”, porém, esta aplicação em concreto não terá sido da sua responsabilidade

directa. Mesmo que o gestor recebesse, por email, os célebres “tableaux de bordo”, onde apareciam discriminados os valores investidos, garantiu aos deputados que não se recorda de os ter lido.

“Na reunião no BES com Morais Pires fui confrontado que estaria tudo acordado entre Henrique Granadeiro, Ricardo Salgado e Zeinal Bava. E tratava-se de renovar as aplicações de 900 milhões de euros por um ano”, referiu Pacheco de Melo, que repetiu a sua oposição ao prazo do investimento. Por que aprovou esse investimento, então? Porque a relação com o BES, de parceria estratégica, o aconselhava, e o histórico era claramente positivo. Aliás, dos quase 900 milhões que foram perdidos na Rioforte, 750 tinham sido recentemente pagos pela empresa “irmã” Espírito Santo Internacional (ESI).

“Eu relatei o que é que são as verdades dos factos”, expôs o ain-

da administrador da PT SGPS, que já não tem o pelouro financeiro. Ou seja, que era a PT SGPS (a que Granadeiro presidia, à época) e não a PT Portugal (liderada por Bava e em processo de fusão com os brasileiros da Oi) que geria os fundos da empresa, neste tempo de impasse que os deputados procuram, sem grande êxito, perceber. E isso, para simplificar, significa que a versão que Bava apresentou aos deputados é coincidente com a do ex-CFO. Até porque Granadeiro não parece dispor de provas documentais para atestar a sua “convicção” de que era Bava quem superintendia à tesouraria. Neste ponto, quase caricato, reside toda uma tragédia. A PT (seja a SGPS, seja a Portugal, sejam ambas) perdeu 900 milhões num investimento decidido não se sabe bem por quem (Granadeiro, Bava, Pacheco de Melo, outro funcionário?). E isso fez com que a fusão com os brasileiros da Oi voltasse a



30

Auditoria forense diz que entre Dezembro de 2013 e Julho de 2014 Ricardo Salgado incorreu por 30 vezes em infrações

897

Entre Fevereiro e Abril de 2014, pouco antes do colapso do GES, a PT investiu 897 milhões de euros na Rioforte

Ajuda a Salgado

Carlos Moedas responde a deputados

O comissário europeu Carlos Moedas diz que nunca fez “intermediação de contactos” envolvendo os problemas no Grupo Espírito Santo (GES) e no BES.

“Nunca fiz intermediação de contactos”, disse, num conjunto de respostas escritas a perguntas dos vários partidos da comissão parlamentar de inquérito ao BES/GES, a que a agência Lusa teve acesso.

Moedas foi secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro e confirmou nas suas respostas uma reunião tida a 2 de Maio com o ex-banqueiro Ricardo Salgado e um contacto telefónico no começo de Junho do histórico líder do BES a “reportar um caso de justiça no Luxemburgo” e a pedir ao antigo governante para “falar com o presidente da Caixa Geral de Depósitos para agendar uma reunião”. Tal contacto de Salgado causou “estranheza” a Moedas, diz o actual comissário europeu.

E continua: “Nem sequer informei o senhor primeiro-ministro do telefonema, precisamente por entender que o mesmo não merecia qualquer seguimento”.

Moedas diz ainda que teve conhecimento das dificuldades no GES e no BES na reunião de 2 de Maio com Ricardo Salgado, mas, alerta, “a gravidade dessas mesmas dificuldades, assim como as medidas impostas, a falta de cumprimento das medidas e a própria medida de resolução” conheceu-as pela comunicação social.

“A minha missão no Governo consistia na gestão e acompanhamento da execução das reformas estruturais previstas no memorando de entendimento, o que excluía, portanto, as questões relacionadas com o sistema financeiro, assim como as questões puramente orçamentais”, vinca o responsável.

Banco de Portugal esconde dos deputados eventuais crimes da equipa de Ricardo Salgado

Cristina Ferreira e Paulo Pena

O Banco de Portugal (BdP) escondeu da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) formada para analisar o colapso do GES/BES todos os ilícitos criminais detectados na auditoria forense que foi encomendada à auditora Deloitte pela entidade de supervisão financeira. O relatório especial de auditoria do BdP, já remetido para o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), que lidera a investigação ao caso BES/GES, deu origem à abertura de vários inquéritos que se encontram em segredo de justiça.

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), Fernando Negrão, recebeu esta semana, do BdP, o relatório especial sobre a falência do segundo maior banco privado português, numa auditoria forense ao GES/BES conduzida conjuntamente entre a Deloitte e a **SRS Advogados**. Trata-se, porém, de um documento preliminar, com informação ainda parcial, onde a entidade liderada por Carlos Costa omite todas as suas suspeitas, ou conclusões, de possíveis crimes cometidos (ou consentidos) por responsáveis do BES, quando a Comissão Executiva era presidida por Ricardo Salgado (também à frente do GES), e o Conselho de Administração por Alberto Oliveira Pinto.

A leitura do relatório permite apurar que Ricardo Salgado, entre Dezembro de 2013 e Julho de 2014, incorreu por 30 vezes em infrações, incluindo 21 actos contrários às determinações do Banco de Portugal e mencionados como uma “potencial desobediência ilegítima”. A concessão de financiamentos a administradores e a entidades da esfera do GES, sem respeito pelas regras aplicáveis, a cobertura insuficiente de empréstimos, a desobediência ao BdP, e movimentos financeiros inexplicáveis – via sociedade suíça Eurofin – são vários dos indícios de irregularidades apurados.

Carlos Costa deverá enviar para a Comissão Parlamentar de Inquérito

o segundo bloco do relatório especial de auditoria forense, na vertente das relações entre o BES e o BES Angola (BESA), que gerou um buraco de quase 4000 milhões nas contas do banco português.

No documento que foi entregue à CPI, a Deloitte conclui pela existência de sinais de vários crimes, dos quais quatro são potenciais actos dolosos e de gestão ruinosos, o que deu origem a uma comunicação à Procuradoria-Geral da República.

Porém, a cópia do relatório de auditoria forense enviada à CPI, com mais de 40 páginas, deixa em branco, ou com menção a confidenciali-

dade, a coluna que respeita à linha da investigação sobre a “eventual responsabilidade criminal”.

A meio da manhã desta quinta-feira, a PGR veio esclarecer que “dada a matéria que está em causa, a equipa que investiga os processos relacionados com o denominado universo Espírito Santo trabalha em estreita colaboração com as entidades reguladoras, como o Banco de Portugal e a CMVM”. E garantiu que todos os indícios de eventuais crimes serão analisados, mas nota que os vários processos já abertos se encontram em segredo de justiça.

Já foram abertos vários processos-crime relacionados com o dossier e que podem vir a resultar, ou não, em acusações. São conhecidas as suspeitas de burla, gestão danosa, manipulação de contas, favorecimento de credores ou até de desvio de verbas para contas de terceiros.

Ricardo Salgado reage

Pouco depois, Ricardo Salgado reagiu, numa nota enviada à Lusa, onde lamenta não lhe ter sido dado “um efectivo direito ao contraditório” e “uma defesa com a mínima igualdade de armas” por parte da Deloitte e de Carlos Costa.

Salgado garante que “manterá o comportamento de não interferir ou condicionar o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito ou quaisquer procedimentos de averiguação que estejam em curso.” O ex-banqueiro diz acreditar que “se chegará, finalmente, à descoberta da verdade sobre as razões que levaram ao desaparecimento do BES, não baseadas em pré-juízos ou conclusões predeterminadas”. Para além de Ricardo Salgado, as averiguações que estão a decorrer visam apurar se outros gestores e directores do BES, como o ex-administrador financeiro do BES Amílcar Morais Pires, cometeram actos ilícitos.

Se o Ministério Público apurar que foram praticados crimes de fraude, os infractores incorrem numa pena máxima de três anos de prisão ou multa. Se a conclusão for no sentido de terem favorecido credores, a punição aponta para dois anos de prisão, com eventual conversão no pagamento de uma multa/coima.



ser renegociada, em perda, e que a PT Portugal acabasse vendida aos franceses da Altice, acabando com o sonho de um “grande operador lusófono” e gerando um rombo que é quatro vezes maior do que o orçamento da Secretaria de Estado da Cultura para 2015. Granadeiro e Bava foram, salomonicamente, afastados, em *timings* diferentes.

Como é que isto foi possível? Pacheco de Melo responsabiliza Salgado & companhia: “Fomos enganados e defraudados pelos mais altos responsáveis do GES.” E responsabilidades próprias, houve? “A informação sobre a Rioforte que nos foi transmitida omitia deliberadamente informação relevantíssima. Contra fraude de informação não há análise que resista, senhor deputado.” A análise, a ter existido, desaconselharia, também, que a PT entregasse 98% da sua tesouraria a um único grupo financeiro, o BES. Mas foi o que aconteceu.



O ex-banqueiro Ricardo Salgado diz acreditar que “se chegará, finalmente, à descoberta da verdade sobre as razões que levaram ao desaparecimento do BES, não baseadas em pré-juízos ou conclusões predeterminadas”



Ex-administrador da PT "passa a bola" para Granadeiro

Luiz Pacheco de Melo diz que
investimento na Rioforte foi
decidido por Granadeiro **p2/3**